

## As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947)

### Gender issues within the Communist Party of Brazil -PCB (1928-1947)

**Alane Sousa Ferreira**

Graduanda em História  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
alanesousa\_historia@hotmail.com

**Marcelo da Silva Lins**

Mestre em História-UFBA  
Professor Assistente do DFCH da Universidade Estadual de Santa Cruz  
marceloslins@hotmail.com

Recebido em: 10/06/2015

Aprovado em: 21/08/2015

**RESUMO:** A pesquisa propôs investigar as posições e deliberações do Partido Comunista do Brasil (PCB) com relação às mulheres, assim como as iniciativas do PCB em criar organizações femininas, buscando compreender de que maneira as mulheres estavam inseridas nos projetos de transformação da sociedade defendidos pelo Partido entre 1928 e 1947. A data final foi escolhida em virtude de ter sido o ano em que o PCB criou seu primeiro jornal voltado ao público feminino, intitulado 'O Momento Feminino'. A principal fonte dessa pesquisa foi o Jornal *A Classe Operária*, dispondo da coleção incompleta de 161 exemplares digitalizados desse que era o principal órgão responsável por emitir as deliberações partidárias, a pesquisa esteve fundamentada na análise e crítica documental da imprensa partidária. O PCB embora reproduzisse valores vigentes à sociedade, que o levou a não colocar a organização política das mulheres como central nas suas ações, também desenvolveu atividades que foram precursoras e contribuíram para sua inserção no cenário político do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, PCB, Mulheres.

**ABSTRACT:** The research proposed to investigate the positions and decisions of the Communist Party of Brazil (PCB) with regard to women, as well as PCB's initiatives to create women's organizations, seeking to understand how women were included in the transformation projects society advocated by the party between 1928 and 1947, the PCB has created his first newspaper aimed at the female audience, entitled 'the Moment female'. Featuring the incomplete collection of 161 digitized copies of newspaper 'The Working Class', the main body responsible for issuing partisan resolutions at the time the research was based on documentary and critical analysis about the partisan press. The PCB though reproduce values prevailing society, hindering the political organization of women, it has also developed a great activity, contributing to their integration in the political scenario of Brazil.

**KEYWORDS:** Gender, PCB, Women.

Em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado por um grupo de militantes oriundos do movimento operário de feição anarquista e logo se alinhou ideologicamente com as orientações da Internacional Comunista (IC), adotando as chamadas 21 teses, que na verdade tratava-se de algumas exigências para que o PCB fosse aceito na organização mundial dos comunistas. O Partido teve inicialmente algumas dificuldades para se inserir em alguns setores da sociedade.

O presente artigo pretende tratar da relação entre o Partido Comunista do Brasil e as lutas das mulheres e o feminismo. Buscará por meio da análise da imprensa e dos documentos do partido, as origens das elaborações partidárias com relação às mulheres e de que modo elas estavam inseridas nos projetos de transformação da sociedade defendidos pelos comunistas brasileiros e identificar as estratégias usadas na imprensa partidária para organização feminina.

Não trataremos das ações das militantes no Partido, porquanto este formulava suas teses levando, ou não, em consideração as questões relacionadas à gênero. E, portanto compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira e no PCB que levaram os comunistas a iniciarem suas ações voltadas para as causas femininas e feministas. Aqui, situamos uma interface entre os estudos de gênero e política.

É através do trabalho com a categoria gênero que se torna possível refletir sobre as mulheres para além dos fatores biológicos. A categoria gênero vai além do determinismo biológico e remete à cultura. Para Joan Scott Gênero pode ser entendido tanto como um dos elementos que constituem as relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder.<sup>1</sup> Acreditamos na necessidade de vincular gênero com outros elementos que constituem a estrutura social e que permeia as relações.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares,

---

<sup>1</sup> SCOTT, Joan W.: "Women's History", In: *Past and Present*, 101. p. 141-157. Republicado em *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press. 1988, p. 30. Apud: TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994. p. 48.

pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.<sup>2</sup>

Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foram constituídos historicamente a partir da divisão sexual e social do trabalho e da conseqüente superestrutura patriarcal, que implicaram às relações de domínio de um sobre o outro. Assim, as diferenças de gênero, construídas culturalmente, naturalizariam as relações desiguais de poder. A esse modo, o estudo acerca das relações de gênero dentro do PCB nos possibilita entendermos como se desenvolvia as relações de poder no interior desse partido, atentando para as palavras de Betzaida Tavares: “A construção que o discurso de um determinado partido elabora em torno do masculino e do feminino diz muito do caráter do poder que ele pretende instituir”.<sup>3</sup>

Desde a sua fundação o PCB encontrou dificuldades para se inserir nas organizações da classe trabalhadora, e transformar-se em um partido de massas. A partir da interpretação que fazia da realidade brasileira e das tarefas imediatas no sentido da construção de um projeto revolucionário, definiu como prioridade a organização da classe operária, considerada nos marcos do marxismo-leninismo como a vanguarda da revolução. No entanto, todos os balanços organizativos realizados pelo próprio partido, no período 1922-1947 [período desse estudo] revelam inúmeras dificuldades.

Em 1935, por exemplo, quando a direção nacional do PCB defendeu a ideia que existiam no Brasil condições necessárias para uma Revolução imediata, membros da Internacional Comunistas vieram ao país para acompanhar esse cenário e constataram a inexistência de tais condições. Os relatos da Internacional Comunista apontam para um Partido com pouca inserção no meio operário, nenhuma mobilização junto ao que chamava de minorias nacionais [índios e negros], nenhuma atividade de organização das mulheres e debilidades nas atividades junto aos camponeses e assalariados rurais.

---

<sup>2</sup> TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". In. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.

<sup>3</sup> TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Gênero e política: a questão feminina no interior do Partido Comunista Brasileiro*. Captado em: < <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm> > Acesso em 31 de Maio de 2015.

Com relação à organização das mulheres, apenas em 1947, com a criação do Jornal *Momento Feminino*, observamos a criação de um periódico ligado ao PCB com uma política voltada para a luta feminina, bem como, apenas em 1949 foi criada a Federação das Mulheres do Brasil com a participação de mulheres comunistas. Como então se posicionava o Partido Comunista com relação às questões feministas? Como o partido pensava a sociedade e qual o papel da luta das mulheres nos projetos pela revolução socialista no país?

Essas e outras perguntas serviram como motivação pela busca das origens das posições partidárias com relação às mulheres, sem deixarmos, é claro, de levar em consideração aspectos culturais, que influenciaram conscientemente ou inconscientemente os comunistas do século XX. Esses aspectos nem sempre foram construídos dentro das próprias instâncias políticas, são valores e códigos sociais externos, compartilhados pela sociedade e em parte refletidos no interior da organização partidária.

Nos primeiros anos de existência, a história do PCB foi marcada por uma sistemática repressão que implicou ao Partido a clandestinidade e perdurou por quase todo o período desse estudo, com exceção de alguns meses de legalidade ainda na década de 1920 e dos anos 1945 a 1947. Esse marco é particularmente assinalado pela estratégia adotada pelo Partido em criar no país uma cultura socialista, visto que, até então não tinha existido no Brasil nenhuma experiência partidária anticapitalista relevante, além daquela feita pelos anarquistas, que protagonizaram as lutas em 1917.

Durante a primeira década de existência o PCB realizou três Congressos, o de fundação em 1922, e os de 1925 e 1928/1929, dando conta de duas tarefas importantes para sua organização: de um lado a tradução e divulgação do Manifesto Comunista, além da edição do Jornal *A Classe Operária* em 1925, ações cujo objetivo era difundir as teses marxistas aos trabalhadores. Do outro, ativar o movimento sindical classista através da composição do Bloco Operário que logo depois passou a chamar Bloco Operário e Camponês.

No que se refere aos jornais, esse período concerne a um material menos dinâmico e assinalado à estratégia de difundir entre a classe trabalhadora a necessidade da organização proletária. Essa necessidade perpassava pela adesão de homens e mulheres, visto que, esse era um momento de buscar espaço político, vislumbrando uma articulação ampla, e inserção na dinâmica social, cultural e política do país.

Dentro desse contexto o partido investiu no discurso classista para atentar as demandas específicas dos trabalhadores e das trabalhadoras. O classismo é a ideia que operários e patrões são classes sociais antagônicas, uma vez que os interesses burgueses divergem da luta da classe trabalhadora. Cabe aos trabalhadores trilharem sua própria política e organização. Em um dos artigos dirigido às mulheres afirmaram, por exemplo, que o convite do Partido era destinado as “Mulheres proletárias, porque as burguezas queriam continuar, durante a guerra, a mesma ociosidade.”<sup>4</sup>

O texto intitulado: “As reivindicações das Mulheres Trabalhadoras”<sup>5</sup> chamou atenção para o debate da importância do voto feminino. Em 1928 na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte foi institucionalizado pela primeira vez no Brasil o voto feminino, mas o direito só viria a ser regulamentado no país em 1934. Segundo o jornal, o direito ao voto significaria uma medida de emancipação diante da desigualdade vivenciada pela mulher na sociedade, especificamente no que diz respeito ao setor do trabalho, onde cumpriam jornadas excessivas de trabalho ganhando salários mais baixos e, sob as piores condições.

Em 1928, foi organizado o primeiro Comitê de Mulheres Trabalhadoras, ligado ao PCB, o qual Laura Brandão aparece sendo a única mulher registrada como fundadora<sup>6</sup>. O Comitê configurou num relevante mecanismo de organização e aproximação do operariado feminino ao Partido Comunista do Brasil. Contudo, é contraditória a forma como os militantes do Partido entenderam essa organização.

Na carta destinada “As Mulheres Trabalhadoras do Uruguai,” o órgão de mulheres brasileiras retratou a relutância de muitos homens do Partido em aceitar a sua organização: “Esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária”<sup>7</sup>.

De um lado o Partido expressava seu objetivo em fomentar a participação política feminina, porque também precisava desse setor enquanto aliado. Por outro havia uma tendência em deixar tais militantes em segundo plano. Nesse caso a citação ganha

---

<sup>4</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de jul. de 1929, número 65, p. 1.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 06 de jul. de 1929, número 63, p.2.

<sup>6</sup> BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a Invisibilidade Feminina na Política*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007, p. 23.

<sup>7</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de jul. de 1929, número 65, p.2.

importância fundamental, pois expressa a manifestação de mulheres que vivenciavam o cotidiano partidário e sentiam o tratamento desigual às militantes.

Enquanto Partido marxista-leninista, cuja tradição analisa que a origem da submissão da mulher ao espaço doméstico está nitidamente atrelada a divisão de classes da sociedade, cabia ao PCB uma discussão acerca da inserção da mulher no espaço público, entretanto, observou-se a reprodução de determinados valores, os quais reforçavam o papel tradicional feminino e resistiam sua participação no cenário político. Essa postura também deve ser entendida a partir de elementos culturais sexistas que influenciavam as relações internas entre os homens comunistas educados sob os princípios do patriarcalismo.

A interpretação que o Partido fazia da sociedade, bem como as prioridades do programa partidário pensado para o país contribuíram para negligência de um debate profundo acerca da opressão feminina. O Brasil era tido como país semifeudal e deveria passar pela “Revolução Democrático-burguesa” para, a partir de então poder se construir a próxima etapa, a Revolução Socialista. Frente a esse processo o PCB se afirmava como Partido da Classe Operária, força motriz do processo revolucionário, que impulsionaria outros setores e classes da sociedade. As demais formas de opressão seriam superadas com o fim da luta de classes.

Já reconhecido pela Internacional Comunista e tendo criado a juventude comunista, o PCB vivenciou na década de trinta sua afirmação política e se colocou como uma força importante neste novo cenário histórico, precisamente a partir da entrada de Luís Carlos Prestes, já conhecido nacionalmente desde os movimentos tenentistas da década de 1920 e por sua liderança junto aos setores militares.

No que se refere aos jornais, uma série de tentativas em sensibilizar as mulheres para a luta de classes. As matérias demonstravam a dupla e excessiva jornada de trabalho, as péssimas condições vividas pelas mulheres trabalhadoras e desigualdade de salários. O artigo “Todas as Mulheres Trabalhadoras a Postos para Grande Demonstração Operária de 1ª de Agosto!”<sup>8</sup> convidava as mulheres para uma manifestação. Por sua vez, o texto “Das Cidades e dos Campos Às Mulheres Trabalhadoras”<sup>9</sup> apontou às condições de desigualdade nas quais

---

<sup>8</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1930, número 94, p.2.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 1931, número 132, p.3.

as mulheres eram sujeitadas dentro do mercado de trabalho, os salários mais baixos atrelados a carga horária superior que elas deveriam cumprir.

Na matéria “A Mulher Trabalhadora no Regime Capitalista”<sup>10</sup> foi retratada a realidade cotidiana das mulheres dentro das fábricas. Em entrevista concedida por uma operária, foram relatados abusos os quais ela e suas companheiras eram submetidas diariamente no local de trabalho. Além do assédio sofrido por parte dos patrões, elas trabalhavam sob as condições precárias de higiene e segurança, não podiam nem se quer descansar e quando precisavam se afastar para cuidar dos filhos o salário era cortado ou, eram demitidas.

A luta por igualdade de salário e oportunidade de trabalho para ambos o sexo, desencadeou conflitos de interesses, uma vez que, a concorrência no mundo profissional tal como a independência frente à imagem do marido configurou numa mola de resistência para o homem, a quem o patriarcalismo concedeu o mérito de provedor do lar, em aceitar a mulher tanto no mercado quanto na luta. Daí uma das necessidades de legitimar a inferioridade intelectual feminina alegando a sua vocação natural apenas para ser mãe e esposa.

Objetivando participar de uma grande frente nacional antifascista para combater o movimento integralista e apresentar à sociedade um projeto de desenvolvimento anti-imperialista, o PCB tornou-se núcleo dinâmico da ANL [Aliança Nacional Libertadora], frente na qual se organizavam comunistas, socialistas, democratas e antigos tenentes insatisfeitos com o Governo Vargas e contava com a presença de Luís Carlos Prestes, que se tornaria o dirigente mais conhecido do Partido. Logo nos primeiros meses de existência, a ANL consolidou uma grande organização de massas com núcleos espalhados em diversas localidades do país e com inúmeras manifestações públicas, atos, passeatas e comícios, que demonstraram sua popularidade.

As críticas de caráter político ao Governo levaram a ANL à ilegalidade. Diante disso o PCB promoveu em 1935 as insurreições no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, porém, a desarticulação e ausência do apoio popular fizeram com que rapidamente o movimento fosse controlado. A partir de então a história do PCB e dos militantes do

---

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 01 de ago. 1934, número 164, p.6.

Partido seria marcada por uma intensa repressão que resultou em prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento de inúmeros dos seus quadros, que por pouco não levaram o partido ao total desaparecimento.

Durante o período de intensa repressão as atividades ficaram restritas e limitadas, mas, nem mesmo pressionados pela violência do Estado os comunistas brasileiros deixaram de cumprir o seu Programa revolucionário e ainda na clandestinidade e com um atraso significativo de edição, o jornal *A Classe Operária* continuava suas atividades.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a queda do governo do Getúlio Vargas e o fim da Ditadura do Estado Novo, o PCB vivenciou entre 1945 e 1947 certos momentos de legalidade. Nos meados da década de 1940 o jornal *A Classe Operária* teve grande número de exemplares, especificamente de 1946 a 1949, período que o partido adotou a linha política de “União Nacional”, referente a uma virada tática onde conclamava unidade entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional “progressista” em conjunto com demais setores da sociedade. A estratégia visava combater o imperialismo, os restos do nazi-fascismo e promover a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa considerada essencial para o desenvolvimento e criação das condições necessárias para a etapa seguinte: A Revolução Proletária.

Os comunistas queriam apagar a imagem do partido que pegou em armas em 1935. Fizeram de tudo para serem aceitos na sociedade como defensores da democracia, da paz e da ordem. Pediam aos militantes operários que agissem dentro da ordem, que não fizessem greves, que o momento seria de “apertar os cintos”.

Legalmente aceito o PCB conseguiu atuar com relativa liberdade e ganhar grande visibilidade no campo político. Nas eleições de dezembro de 1945 o Partido concorreu à Assembleia Nacional Constituinte e, a presidência da República com a candidatura de Yedo Fiúza. No universo de 320 parlamentares, os Comunistas elegeram 15 Deputados Federais e o Senador Luís Carlos Prestes, o segundo mais votado no país, superado apenas por Getúlio Vargas. Quanto à presidência, o candidato obteve 10% da votação, um resultado surpreendente para época.

Durante esse período o Partido atingiu o maior crescimento da sua história chegando a contar com mais de 100 mil filiados. A nova conjuntura permitiu abertura do PCB ao



trabalho com as massas e simultaneamente maior participação feminina. A organização das mulheres passava a ter uma preocupação mais efetiva do que estava sendo dedicada até então.

O momento oportuno para construção da base do movimento de mulheres incentivou a criação de células femininas em associações de bairro que seguiam as orientações políticas e foram encabeçadas pelas militantes do PCB. Essas organizações ganharam força em muitas regiões do país e desenvolveram um papel importante de unir mulheres de diferentes categorias, todos os credos religiosos, político e filosófico. Ou seja, as células não apenas expressaram um teor classista como também objetivaram debater a realidade das mulheres.

O Partido reconhecendo o crescimento entre as massas femininas publicou o artigo “Condições favoráveis para a mobilização das mulheres”<sup>11</sup>, responsável por informar que o número de organizações femininas aumentou de maneira espontânea no país, congregando mulheres com condições sociais e partidos políticos diferentes. A matéria também publicou que no Rio de Janeiro na cidade de Mesquita, tinha sido inaugurada a União Feminina. A Bahia, por sua vez, já desenvolvia há algum tempo as atividades ligadas a União Democrática Feminina com núcleos em Salvador, Ilhéus, Juazeiro, Alagoinhas e Bonfim.

As células representaram um importante mecanismo de luta na defesa da emancipação feminina e alcançaram demandas em diversos setores da sociedade. Em 1947 no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, sabe-se da fundação de 20 uniões femininas. A Margaça, uma dessas organizações, conquistou um posto médico e uma escola para o bairro, enquanto a união de Riachuelo conquistou uma carroça de leite diária. Outras organizações como a Célula Leocádia Prestes, de Uberaba ou Olga Benário resgatavam de maneira simbólica a história de luta das mulheres.

O artigo intitulado “Para a União das Mulheres Democratas no Brasil”<sup>12</sup> escrito por Heloísa Prestes, conta que as associações ficavam encarregadas de discutir e solucionar problemas específicos da comunidade na qual estavam inseridas. Foram legitimadas enquanto espaços deliberativos e arrecadavam finanças, encaminhavam reivindicações para setores governamentais e elegiam representantes.

---

<sup>11</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 16 de nov. de 1946, número 37, p.6.

Para, além disto, os organismos liderados pelas mulheres despertaram o espírito de protesto, possibilitaram trocas de experiência e transformação na mentalidade e estrutura interior. Fatores responsáveis por contribuir no crescimento e fortalecimento individual das ativistas.

O Jornal publicou em 1946 a carta elaborada por uma Célula de Goiás e destinada à Assembleia Constituinte. Na carta a organização sugeriu a criação de uma lei trabalhista de igualdade de salário entre homens e mulheres. Entre a pauta estava além do direito à anulação do casamento, a aprendizagem em escolas e democratização do ensino, bem como, a separação entre ensino religioso e educação escolar, exigindo a liberdade absoluta de culto<sup>13</sup>.

Observa-se aqui a preocupação com as questões ligadas a autonomia feminina. As questões do corpo e a liberdade sexual da mulher estão atreladas ao campo religioso, político, cultural e econômico. Historicamente, quando o homem tornou-se proprietário de animais e dos meios de produção, o corpo da mulher passou a ser convertido num instrumento de reprodução que assegurasse a paternidade através da fidelidade. Sua sexualidade a partir de então é limitada por uma série de códigos sociais, afirmados através da educação moral e religiosa fundamentada no casamento. Casada e sob a guarda do marido a mulher cumpriria seu papel natural de cuidar do lar e dos filhos e velaria pela família.

A educação também exerceu um papel fundamental nesse processo. O de moldar socialmente o comportamento feminino através de valores e da construção dos diferentes papéis sociais relacionados aos homens e as mulheres. A educação para o lar, por exemplo, colocou a mulher como responsável das atividades domésticas e sustentou a ideia de que ela seria intelectualmente inferior ao homem, a quem o espaço público foi restrito. A educação moral e religiosa, por sua vez, formulou padrões de conduta e valores que tornavam as mulheres dignas ou não aos olhos da sociedade.

Desse modo os organismos femininos também configuraram em elementos de contestações específicas das mulheres, incorporando ao debate questões que envolveriam a libertação sexual feminina.

---

<sup>13</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 22 de jul. de 1946, número 16, p.5.

Contudo, as organizações sofreram debilidades. O entusiasmo das mulheres com o Partido na maioria das vezes era grande, todavia, a prática em organizá-las era bastante complexa. Faltavam mulheres, precisamente as que exerciam certa projeção nos espaços públicos e na imprensa para articular espaços de formação política junto com as trabalhadoras, que na sua grande maioria eram analfabetas, e pensar maneiras de angariar recursos necessários para dar continuidade e visibilidade às atividades. Além disso, nem sempre as organizações conseguiam cumprir um papel amplo, restringindo-se muitas vezes a um só tipo de associação.<sup>14</sup>

A falta de recursos financeiros também prejudicou os organismos de mulheres. Não existiam investimentos suficientes para manutenção e estruturação das células, o que provocava o fechamento das sedes de reuniões, fragilizando a articulação e desenvolvimento das atividades. Mas o obstáculo maior estava justamente na fragilidade do PCB em pensar a organização feminina no interior do Partido. Essa debilidade era destacada até mesmo pelos próprios Comunistas:

Com efeito, para terminarmos na prática com tal estado, precisamos começar a ver nas mulheres, não somente cobradores e especialistas no trabalho de finanças. Precisamos verificar que a causa do atraso do trabalho feminino e da debilidade do movimento de massas e das organizações femininas reside no fato de que ainda não ganhamos as mulheres operárias para as organizações femininas, para dirigirem o movimento de massas femininas.<sup>15</sup>

No mesmo texto em que ressaltavam o aumento do número de organizações femininas, argumentavam alguma das incompreensões que o Partido depositava no movimento de mulheres:

O trabalho de Organização das mulheres tem sido dificultado em boa parte, pelo fato de ser relativamente pequeno o número de mulheres inscritas nas fileiras do Partido. Daí a necessidade de dedicar uma atenção especial ao recrutamento, que visa levar os efetivos do Partido a cifra dos duzentos mil militantes.<sup>16</sup>

Para o Secretário Geral do Partido Comunista Italiano, Togliatti<sup>17</sup> a resistência e preconceito com que muitos dos seus companheiros encaravam a participação feminina na

---

<sup>14</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número 42, p.6.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 05 de mar. de 1947, número 54, p.5.

política impediam que o Partido atingisse esse setor. Na carta que escreveu para o *Jornal A Classe Operária*, ele afirmou que em regiões ainda mais atrasadas manifestações piores foram identificadas, desde as piadas de duplo sentido até humilhações. Para o Secretário essa postura revelava o atraso ideológico e político de um partido revolucionário.

Os documentos manifestam certa preocupação do partido com relação ao trabalho feminino. Observemos dois pontos importantes: o primeiro diz respeito aos interesses expressos nos documentos. Percebe-se que existia uma inquietação muito maior em ganhar esse setor para o Partido, do que discutir a condição social específica da mulher. Tais preocupações ficaram mais explícitas a partir da legalidade e do surgimento de inúmeras organizações femininas, após 1945.

A principal tarefa do Partido seria despertar a consciência de Classe das mulheres e incorporá-las na luta proletária. A visão predominante em se dedicar a questão da libertação feminina quando a transformação econômica e política fossem asseguradas considerou-a unicamente enquanto trabalhadora e impediu o amadurecimento das questões referentes ao espaço privado, parte importante na discussão do processo emancipatório da mulher.

O segundo aspecto para o qual chamamos atenção confere a formação política da mulher. Cabia ao Partido, majoritariamente composto por homens, a direção dos caminhos da organização feminina. Significa que era masculino o papel de conscientização da mulher. A formação política acaba sendo moldada por interesses de homens, conseqüentemente, interesses que podem reproduzir o patriarcalismo, educar os desejos, limitar a atuação, silenciar as companheiras.

Até que ponto os organismos femininos que trabalhavam em conjunto com o PCB defendiam os interesses individuais das mulheres? E quando os interesses do Partido divergiam das pautas femininas? Creio como resposta possível a tais questões, a alternativa que talvez os projetos políticos das mulheres não ultrapassassem os limites da direção partidária, não por acomodação ou submissão, em razão da própria formação política das mulheres militantes que em nada diferiam da formação dos homens. Mulheres e homens sonhavam o mesmo projeto de sociedade, onde questões de gênero eram colocadas em segundo plano.

Por outro lado, o PCB também foi capaz de questionar os papéis tradicionais condicionados à mulher. “A mulher tem em nossa terra, apesar de todo o nosso atraso, dos preconceitos burgueses que as prende exclusivamente ao lar, aos filhos e à cozinha, uma grande tradição de luta.”<sup>18</sup>, escreveu o Partido atentando para opressão doméstica, entretanto, errou quando atribuiu os preconceitos apenas a classe burguesa. Cabia a trabalhadora uma dupla e dura jornada de trabalho, a mesma explorada pelo patrão nas fábricas, ao chegar em casa vivenciava cotidianamente a exploração doméstica.

Não obstante, o PCB incorporou a mulher ao cenário político, uma prática revolucionária para a época. As eleições de 1946 representaram um avanço para o Partido e para as militantes. Como escrito no texto *Trabalho Feminino* “O eleitorado feminino, e não somente o eleitorado, mas também a participação ativa de muitas mulheres na campanha eleitoral, especialmente as comunistas, demonstra que podemos liquidar o preconceito que existe de fato também em nosso Partido contra a atuação política das mulheres.”<sup>19</sup>.

Na Bahia saíram candidatas, a escritora Jacinta Passos Amado, a médica Dagmar Guedes e a enfermeira Carmosina Nogueira<sup>20</sup>. O que significou grande conquista, visto que, na capital baiana as organizações femininas encontraram uma série de dificuldades, devido principalmente ao baixo nível de escolaridade da população no Estado, que atingia majoritariamente as mulheres negras e trabalhadoras.

As principais demandas pautadas através das organizações baianas estavam ligadas justamente a implantação de escolas, muitas mulheres desejavam aprender a ler e escrever. Além disso, cobraram investimentos na construção de maternidades e creches nos principais municípios, inclusive Salvador. Também defenderam o cumprimento das leis trabalhistas e das liberdades democráticas elementares, bem como a luta contra a carestia de vida. As mulheres baianas editaram um jornal feminino de esclarecimento político para combater as tentativas de desarticulação do movimento.<sup>21</sup>

Isabel José dos Santos foi identificada a única mulher a sair candidata em Goiás. Na lista referente aos 26 primeiros nomes candidatos ao cargo de vereador pelo PCB no Distrito

---

<sup>18</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>20</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.5.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número 42, p.6.

Federal, Arcelina Mochel venceu a eleição como liderança da maior bancada daquela casa legislativa<sup>22</sup>.

Entre os candidatos à Assembleia Estadual Paulista nas eleições de 1946 estava a comunista Zuleika Alambert, na época comerciária e membro do CM. Eleita a Deputada Estadual pela Cidade de Santos em 1947, aos 25 anos, está entre as primeiras mulheres a ocupar cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo.<sup>23</sup>

Na Capital Brasileira, Lia Correa Dutra, professora secundária e escritora, e a empregada da empresa Light, Odília Schimid, que junto a Pedro Braga e Ary Rodrigues da Costa deram ao partido a vitória com uma porcentagem de oitenta por cento dos votos em sete urnas apuradas no dia 19 de Janeiro.<sup>24</sup> No Rio Grande do Sul, entre as candidaturas do Partido aos cargos de Deputadas Estaduais estavam a professora Emilce Lima Avelini, candidata pela Chapa da Vitória e a tecelã Julieta<sup>25</sup>.

Nas eleições e na militância as mulheres desafiaram as regras, tiveram suas imagens degradadas pela imprensa anticomunista, foram marginalizadas, muitas saíram de suas casas, abandonaram suas famílias e dedicaram-se ao Partido. Foi o que aconteceu com Patrícia Galvão, uma das militantes mais conhecidas no país. Seu pseudônimo Pagu já inspirou música e poesia e sua história reescrita em livros e filmes.

Através da análise que fizemos a respeito da participação feminina no interior do PCB apontamos as lacunas admitidas pelo próprio Partido. Identificamos que no interior do Partido Comunista havia certa tendência à resistência da participação política feminina, resultando na fragilidade de organizações de mulheres sob a direção das militantes.

O PCB teve tendência em relegar as mulheres a um papel secundário as atribuindo às atividades inferiores que em nada diziam respeito à direção partidária. Em documento já citado, o próprio partido aponta para a falha:

Existem incompreensões ainda no Partido com relação ao movimento feminino, uma evidente subestimação da sua importância. O resultado é

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 02 de nov. de 1946, número 35, p.1.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 02 de nov. de 1946, número 35, p.2.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 22 de fev. de 1947, número 52, p.5.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número, 42 p.5.

que a maioria das mulheres militantes se dedica, quase exclusivamente, ao trabalho interno do Partido, ao trabalho de finanças etc.<sup>26</sup>.

Por outro lado, as Células femininas postularam demandas que diziam respeito desde a realidade da classe trabalhadora, como a criação de leis trabalhistas, bem como, pautou questões intrínsecas a libertação do corpo feminino. Nesse sentido funcionou também como uma espécie de laboratório do treinamento intelectual de mulheres, onde podiam trocar experiências individuais.

O Partido não incorporou em seu debate de maneira efetiva questionamentos a respeito dos valores de comportamento que reforçaram a dominação masculina, tal como não exerceu o enfrentamento sobre a contradição entre as relações de gênero e classe, sendo negligente no que diz respeito à condição social da mulher. A respeito da separação entre a vida pública e a vida privada, Tatau Godinho ao reeditar as palavras de Alexandra Kolontai, afirma:

A Separação entre a vida pública e a vida privada é um dos elementos mais importantes na conformação de valores, do modo de vida, em conflito com um projeto radical de igualdade. O descaso pelas questões de transformação pessoal, a redução dos horizontes da luta política, sem incorporar de forma efetiva o questionamento dos valores, comportamentos e privilégios que reforçam a dominação masculina, limitam a elaboração de uma nova moral, uma nova ética que orientem as relações pessoais e sociais.<sup>27</sup>

Contudo, o modo no qual as mulheres foram aludidas nas páginas dos jornais revelou o quanto elas integraram o projeto de emancipação da classe trabalhadora pensado pelo PCB. Nas observações feitas foram levados em consideração aspectos culturais externos ao Partido e que refletiram valores conservadores da sociedade, nos quais seus dirigentes foram moldados. As relações de poder desenvolvidas ali devem ser analisadas e entendidas não apenas a partir da esfera pública, mas no âmbito doméstico e familiar.

Se a questão da invisibilidade feminina na política também é um problema da organização de esquerda, vale ressaltar que outros organismos nem se comprometeram a isso e nem de perto propiciaram a organização e manifestação das mulheres ou denunciaram a exploração feminina como fez o PCB.

---

<sup>26</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>27</sup> KOLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 10.